

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 1º Semestre de 2012

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Randon S/A, elaboradas em conformidade com a legislação, acompanhadas das Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes, correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012. O Banco Randon S/A foi constituído em 26 de outubro de 2009 na forma de banco múltiplo e iniciou suas atividades operacionais em 20 de julho de 2010. Adotando a prática já consolidada nas Empresas Randon, no final de 2010 elaborou seu Planejamento Estratégico para o período de 2011 a 2014, sendo este revisado em Outubro de 2011 agregando cenários e projeções até 2016. A base deste trabalho foi o Plano de Negócios elaborado e entregue ao Banco Central em Fevereiro de 2008. Nesta etapa foi revisado todo o Plano de Negócios original com o objetivo de manter o Banco alinhado à realidade de mercado. Neste trabalho foram refeitas as projeções de resultados e readequado o portfólio de produtos que o Banco oferecerá, desta readequação o ponto mais relevante a ser destacado foi a exclusão das operações de Leasing do portfólio de produtos, face à baixa atratividade deste tipo de financiamento. Do trabalho de Planejamento Estratégico foi elaborado o Mapa Estratégico onde foram definidos e priorizados os principais Objetivos do Banco para os próximos anos, com destaque para três objetivos fundamentais para consolidação do negócio, que são: - Criar e consolidar uma base de clientes; - Desenvolver e manter o relacionamento com clientes; - Promover a imagem do Banco. O Banco Randon continuará dando foco no financiamento a cadeia de negócios das Empresas Randon, especialmente a seus clientes através da oferta de linha financiamentos nas modalidades de BNDES-FINAME, CDC, Floor Plan e Capital de Giro, e fornecedores no Desconto de Recebíveis. Consolidadas as operações do Banco poderão ser analisadas novas oportunidades. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Agosto de 2012

BALANÇO PATRIMONIAL - 30 de junho de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	2012	2011		Nota	2012	2011
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		80.912	26.610	Circulante		20.619	2.544
Disponibilidades	4	12	2	Depósitos	9	-	702
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	9.092	81	Depósitos a prazo		-	702
Aplicações no mercado aberto		9.092	81	Obrigações por empréstimos e repasses		18.785	864
Títulos e valores mobiliários	5	12.727	6.360	Repasses no País - Finame	10	18.785	864
Carteira própria		12.727	6.360	Outras obrigações		1.834	978
Operações de crédito	6	58.605	20.040	Cobrança e arrecad. de trib. e assemelhados		33	31
Setor privado		58.605	20.135	Fiscais e previdenciárias		309	226
Provisão p/crédito de liquidação duvidosa		(314)	(95)	Diversas	11	1.492	721
Outros créditos		459	101	Não Circulante		76.134	7.819
Diversos	7	459	101	Depósitos	9	21.303	4.858
Outros valores e bens		17	26	Depósito a prazo		21.303	4.858
Despesas antecipadas		17	26	Obrigações por empréstimos e repasses	10	54.831	2.961
Não circulante		63.252	6.719	Repasses no País - Finame	10	54.831	2.961
Realizável a longo prazo		62.687	6.146	Patrimônio líquido	12	47.411	22.966
Operações de crédito	6	61.390	4.951	Capital realizado		50.000	25.000
Setor privado		61.390	4.976	Capital social		50.000	25.000
Provisão p/crédito de liquidação duvidosa		(330)	(25)	Prejuízos acumulados		(2.589)	(2.034)
Outros créditos	7	1.307	1.195	Total do passivo e do patrimônio líquido		144.164	33.329
Diversos	7	1.307	1.195	As notas explicativas são parte integ. das demonstrações financeiras.			
Permanente		565	573	monstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata dia") e incorridos. As provisões para contingências, de qualquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. Até a presente data não existe nenhum passivo de natureza contingencial que devesse ser registrado nas demonstrações financeiras do Banco. m) Créditos tributários, impostos e contribuições: As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do período-base. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. n) Estimativas contábeis: As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada trimestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. o) Demontação do fluxo de caixa: A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. 4. Caixa e equivalente de caixa: Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:			
Imobilizado de uso	8	427	452	Disponibilidades		12	2
Outras imobilizações de uso		602	536	Aplicações interfinanceiras de liquidez		9.092	81
Depreciação acumulada		(175)	(84)	Re vendas a liquidar - Posição bancada		9.092	81
Intangível		138	121	Total		9.104	83
Outros ativos intangíveis		199	151	5. Títulos e valores mobiliários:			
Amortização acumulada		(61)	(30)	Composição da carteira			
Total do ativo		144.164	33.329	Carteira própria			

As notas explicativas são parte integ. das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	Capital Social		Prejuízos acumulados	Total
	Realizado	A Realizar		
Saldos em 01/01/2011	25.000	-	(1.013)	23.987
Prejuízo do semestre	-	-	(2.021)	(1.021)
Saldos em 30/06/2011	25.000	-	(1.034)	22.966
Saldos em 01/01/2012	50.000	(12.500)	(2.255)	35.245
Integralização de capital (Nota 12)	-	12.500	-	12.500
Prejuízo do semestre	-	-	(334)	(334)
Saldos em 30/06/2012	50.000	-	(2.589)	47.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

30 de junho de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: O Banco Randon S.A. ("Banco") foi constituído em 26 de outubro de 2009 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. As atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010. O Banco está autorizado a operar com as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, passando a operar no repasse de linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES-FINAME) a partir de março de 2011. Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas empresas Randon no tocante a repasses de crédito BNDES-FINAME, crédito ao consumidor (CDC), financiamentos e empréstimos de capital de giro. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 30 de julho de 2012. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - Bacen, Conselho Monetário Nacional - CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** a) **Auração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro-rata dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros. d) **Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber: títulos para negociação - avaliados ao valor provável de realização em contrapartida ao resultado do exercício; títulos disponíveis para a venda - avaliados ao valor provável de realização em contrapartida a conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado do exercício. e) **Operações de crédito:** Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00. A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. f) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo Bacen nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. g) **Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes):** Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis. h) **Imobilizado de uso:** Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 8, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. i) **Intangível:** Corresponde a direitos adquiridos (licenças de uso de software) que tem por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco. Está demonstrado aos valores de custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 20% a.a., pelo método linear. j) **Redução ao valor recuperável de ativo:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. k) **Depósitos a prazo:** Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer. l) **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes):** Os valores de-

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

	Nota	2012	2011
Receitas da intermediação financeira		6.893	2.072
Operações de crédito		6.018	1.322
Result. de operações com títulos e valores mobiliários		875	756
Despesas da intermediação financeira		(3.060)	(408)
Operações de captação no mercado		(957)	(296)
Operações de empréstimos e repasses		(1.790)	(43)
Prov. p/créditos de liquidação duvidosa	6	(313)	(69)
Result. bruto de intermediação financeira		3.833	(1.700)
Outras receitas (despesas) operacionais		(4.388)	(3.247)
Receitas de prestação de serviços		322	61
Despesas de pessoal	14	(3.441)	(2.436)
Outras despesas administrativas	15	(1.603)	(1.001)
Despesas tributárias		(255)	(112)
Outras receitas operacionais		590	243
Outras despesas operacionais		(1)	(2)
Result. operac. antes da tribut. s/o lucro		(555)	(1.577)
Imposto de renda e contribuição social	13	221	556
Prejuízo do semestre		(334)	(1.021)
Quant. de ações no final do semestre		52.173.914	25.000.000
Prejuízo por ação - R\$		(0,01)	(0,04)

As notas explicativas são parte integ. das demonstrações financeiras.

8. Imobilizado

de uso:	2012		2011		Taxas anuais
	Custo corrigido	Deprec. acumulada	Líquido	Líquido depreciação	
Móv. e utens.					
e instalações	218	(43)	175	170	10
Equip. de infom. sist. de proces.	173	(57)	116	116	20
Sistemas de transporte	180	(70)	110	146	20
Outras imobiliz.	31	(5)	26	20	10 a 20
Total	602	(175)	427	452	

9. Depósitos:

	2012		2011	
	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses	Total
Depósitos				
Depósitos a prazo	5.249	5.449	10.605	21.303
Total	5.249	5.449	10.605	21.303

Em 30 de junho de 2012 e 2011 os depósitos a prazo estavam sendo remunerados até 101% da taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

10. Obrigações por empréstimos e repasses:

	2012		2011	
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Repasses no País - Finame	4.229	14.556	54.831	73.616
Total	4.229	14.556	54.831	73.616

Os recursos internos para repasses no País representam captações junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2017. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse.

11. Outras obrigações - Diversas:

	2012		2011	
	Provisão para pagamentos a efetuar	Provisão para pagamentos a efetuar	Provisão para pagamentos a efetuar	Provisão para pagamentos a efetuar
Provisão para pagamentos a efetuar	628	441	862	280
Credores diversos	1.492	721	1.492	721

12. Patrimônio líquido: a) Capital social:

Em 30 de junho de 2012, o capital social é de R\$ 50.000, representado por 26.086.957 ações ordinárias e 26.086.957 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2011 foi autorizado o aumento do capital social em R\$ 25.000, mediante a emissão de 13.586.957 ações ordinárias e 13.586.957 ações preferenciais, homologados junto ao BACEN em 23 de dezembro de 2011, integralizados 50% na data de 30 de novembro de 2011 e 50% na data de 25 de abril de 2012.

b) Reservas de lucros:

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404. c) **Dividendos:** As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada período. O dividendo será pago dentro do exercício em que for declarado quando houver lucros. d) **Reservas especiais de lucros:** Depois de atendida as demais deliberações da Assembleia Geral, o saldo remanescente, se houver, será levado ao grupo contábil Reservas Especiais de Lucros. **13. Imposto de renda e contribuição social:** Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL: A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada pela aplicação de alíquota de 15% e a provisão para Imposto de Renda (IRPJ), pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$ 240 no ano (R\$120 no semestre), sobre o lucro tributável. Os créditos tributários sobre diferenças temporariamente indutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Prejuízo antes do IR e CS

(+ Adições)

(-) Exclusões

Base de Cálculo Prejuízo Fiscal IRPJ e

Base Negativa CSLL

Base de Cálculo Diferenças Temporais

Impostos diferidos

Prejuízo Fiscal IRPJ/Base Negativa CSLL

Diferenças Temporais

Total registrado no resultado

A movimentação dos créditos tributários no período é como segue:

Saldo em 01/01/2012

Constituição

Reversão

Saldo em 30/06/2012

Adições temporárias

PCLD

Comissões p/financ.

Prejuízo Fiscal

Base Negativa

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização em 30 de junho de 2012:

Ano

2012

2013

2014

2015

2016

Acima de 5 anos

O valor presente dos créditos tributários, descontados pelo custo médio do capital de 8,40% a.a. em 30 de junho de 2012 é de R\$ 1.471. Não existem créditos tributários não ativados em 30 de junho de 2012.

14. Despesas de pessoal:

Despesas com salários

Despesas com encargos

Outros

Total

15. Outras despesas administrativas:

Despesas de processamento de dados

Despesas de serviços técnicos especializados

Despesas de viagem no país

Despesas de comunicação

Despesas de alugueis

Despesas de serviços do sistema financeiro

Despesas de depreciação

Despesas de manutenção e conservação de bens

Despesas de publicações

Despesas de propaganda e publicidade

Outras despesas administrativas

Total

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Prejuízo do período	(334)	(1.021)
Ajustes ao prejuízo:	154	(432)
Depreciações e amortizações	62	55
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	313	69
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(221)	(556)
Total	(180)	(1.433)
Variação de ativos e passivos:		
Redução em títulos e valores mobiliários	5.188	11.829
Redução em relações interfinanceiras	129	-
Aumento em operações de crédito	(52.039)	(15.261)
Aumento em outros créditos	(46)	(25)
Aumento em outros valores e bens	(4)	(6)
Redução em captação no mercado aberto	(652)	-
Aumento em outras obrigações	237	292
Caixa líq. aplicado em atividades operacionais	(47.367)	(4.624)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado de uso	(29)	(34)
Aquisição de intangível	(39)	-
Caixa		

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas do Banco Randon S.A. Caxias do Sul - RS. Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Randon S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras:** A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para

permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento

do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa

opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Randon S.A. em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 9 de agosto de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Quality In Everything We Do

Auditores Independentes S.S.
CRC2SP015199/O-6/F/RS

Américo F. Ferreira Neto
Contador
CRC1SP192685/O-9/C/RS